



## **Cadernos da Controladoria**

Nova série Ano III, nº 3 - setembro de 2003

Ações da Polícia Federal no combate ao crime organizado

### **Apresentação**

Hoje damos continuidade às nossas palestras. Depois da última com o Dr. Carlos Alberto Costa, representante do FBI no Brasil - que nos falou sobre lavagem de dinheiro e o papel do sistema de contabilidade nesse levantamento - eu me lembrei que a Controladoria possui um ex-funcionário, Darley Tortelotti da Cunha, que hoje trabalha como perito criminal da Polícia Federal. Resolvemos então convidá-lo e ele trouxe junto outro perito da PF, Daelson de Oliveira Viana, assistente do diretor da Academia de Polícia Federal, para ambos apresentarem o projeto de modernização do Departamento da Polícia Federal e suas ações no combate ao crime organizado. Esta palestra, portanto, é uma continuidade do tema desenvolvido pelo Dr. Carlos Alberto no nosso encontro anterior.

Este é um tema importante: a atuação da perícia criminal ou perícia forense (termo usado pelo Dr. Carlos Alberto). São informações essenciais para que tenhamos uma idéia do trabalho desenvolvido em um campo profissional importante. Na verdade, encontramos perícias voltadas para o crime nas áreas da Polícia Federal e das polícias estaduais.

Antes de dar início às apresentações dos nossos convidados, gostaria de relatar uma experiência em trabalho que fui convidado a fazer na década de 1980 na cidade de Cochabamba, na Bolívia, situada na região do Beni, um afluente do Rio Madeira. Ao realizar o trabalho de perícia em um banco que estava fechando a sua agência local, descobri que - naquela época em que a inflação na Bolívia girava em torno de 25.000% ao ano - o gerente tinha uma ação correndo contra ele no Rio de Janeiro. Mais tarde o Banco Central da Bolívia e a equipe encarregada da reorganização do banco chegaram à conclusão de que aquela quantia havia sido usada para lavagem de dinheiro.

O gerente fez simplesmente o seguinte: vendeu no câmbio paralelo todos os ativos da agência, inclusive o prédio e o carro, e escriturou a entrada da quantia de acordo com o câmbio oficial. Na época, essa operação resultou em quase US\$ 1 milhão de diferença. Fui encarregado de fazer a perícia como parte desse desdobramento e fiquei cerca de 15 dias na Bolívia.

Reparem como a contabilidade serviu de instrumento para, na realidade, se cometer uma fraude: numa situação de inflação alta, o gerente vendeu todos os ativos do banco no mercado paralelo e registrou no histórico o valor do câmbio oficial, resultando em uma diferença muito grande. Assim, o trabalho de perícia voltado para o combate à prática de crimes é interessante para os técnicos da Controladoria, geralmente alheios a essas situações.

Quero agradecer ao Darley Tortelotti e ao Daelson Viana por esta apresentação, que pretende mostrar

casos interessantes registrados no combate ao crime organizado na área da Polícia Federal e relatar o projeto de reestruturação do órgão com o objetivo de reforçar as ações no combate a este tipo de crime. Quero dizer, ainda, que a Controladoria estará sempre disposta a fazer parcerias em trabalhos que eventualmente tenha interesse para, desta forma, motivar a troca de experiência entre os nossos técnicos e os da Polícia Federal.

Lino Martins da Silva

Controlador Geral do Município

### **Ações da Polícia Federal no combate ao crime organizado**

Darley Tortelotti da Cunha

Rio de Janeiro, 14 de julho de 2003

Boa tarde a todos. Devo dizer antes de qualquer coisa que se hoje sou perito criminal da Polícia Federal já fui com muito orgulho servidor desta Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro, que traz lembranças de uma das melhores experiências profissionais pelas quais passei.

Caro mestre e professor Dr. Lino Martins da Silva, em nome de quem cumprimento todas as autoridades aqui presentes, caríssimos colegas e amigos, cujo prazer de rever me embarga a voz: gostaria de citar os nomes de cada um mas, como são muitos, sobraria pouco tempo para compartilhar nossa experiência no Departamento de Polícia Federal. Quero, de qualquer forma, expressar os meus mais singelos sentimentos de apreço e admiração por vocês, tanto pelas qualidades humanas que pude partilhar quanto pelas qualidades profissionais com que vocês exercem o seu papel social na Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro.

O que me legitima estar aqui hoje é o fato de já ter sido chefe do serviço de contabilidade do Instituto Nacional de Criminalística do Departamento de Polícia Federal. Gostaria de compartilhar com os técnicos e com os convidados da Controladoria o que um profissional da área contábil faz no Departamento de Polícia Federal, mais especificamente na área de perícia criminal, onde são aplicados alguns conceitos que aprendemos nas Ciências Contábeis. Na Polícia Federal, tudo o que envolve números e valores é encaminhado para a perícia contábil - o que não é de todo errado porque se compreendemos a contabilidade como um conjunto de bens, direitos e obrigações, não está de todo impróprio. Assim, tudo o que envolve valores e números chega às nossas mãos e procuramos, então, fazer os exames no sentido de produzir a prova.

Antes de entrar especificamente no assunto, apresento algumas opiniões sobre o momento que vivemos e sobre a necessidade de estabelecermos parcerias para a solução de problemas que a sociedade nos cobra e, muito mais que a sociedade, a nossa própria consciência. Não poderiam as atividades típicas de Estado serem entendidas como ações a serem desenvolvidas em conjunto pelas instituições que compõem o poder público, coordenadas obviamente pelas especializações de cada uma? O mundo globalizado não comporta mais setores de atividades agindo isoladamente. A questão da segurança pública não é um trabalho apenas de polícia, assim como não são só da Controladoria ou do Tribunal de Contas as responsabilidades das questões inerentes aos controles interno e externo. Nosso cliente, o cidadão, demanda respostas rápidas e eficazes. Temos que nos integrar para imprimir qualidade e eficácia aos nossos produtos e também despertar no nosso cliente, que é a sociedade, a consciência da importância da sua participação nesse processo.

Em alguns momentos prestamos serviços e em outros demandamos serviços. Na maioria das vezes, entretanto, devemos ser parceiros na solução de problemas e isso nos mostra a necessidade da construção de um novo modelo. A idéia de que o velho ensina e o novo aprende não mais se aplica ao mundo globalizado, mas isso não quer dizer que os papéis se invertem, que o novo ensina e o velho aprende.

Todos nós aprendemos sempre. O conhecimento é construído para a solução de problemas que estão sendo focados naquele exato momento. Daqui a pouco, quem ensinava aprende e quem aprendia, ensina. Depende da nova realidade que se forma.

Ao ser convidado para proferir esta palestra, além de relatar a minha experiência na Polícia Federal, achei importante ressaltar a importância da integração das nossas instituições e de todos aqui presentes na construção do conhecimento. Um exemplo disso pode ser percebido claramente no caso de evasões de divisas e lavagem de dinheiro em Foz do Iguaçu, com a Polícia Federal atuando em parceria com o Banco Central, a Procuradoria Geral da República, a Justiça Federal, a Receita Federal e o Ministério Público. Outro exemplo é o caso do Banco Nacional, quando as ações conjuntas do Banco Central e da Receita Federal foram fundamentais. E agora mais recentemente, em Brasília, com as questões de grilagem de terra: a Polícia Federal estabeleceu parcerias com o Ministério Público e a Procuradoria. O primeiro resultado foi a prisão de um deputado distrital.

Assim me vem a seguinte reflexão: o que podemos fazer em prol do nosso Estado, o Rio de Janeiro, onde o crime organizado se instalou tão solidamente? Meu companheiro de trabalho, Daelson Oliveira Viana, irá falar sobre o momento atual do Departamento da Polícia Federal e o seu esforço de modernização na busca de quebrar o velho paradigma da Polícia Federal: de instituição focada apenas na defesa do interesse do Estado para transformar-se em uma polícia voltada para a defesa do interesse do cidadão.

Vou entrar agora na questão da quebra do sigilo bancário. Considero esta ação um instrumento fundamental nas apurações relacionadas aos crimes de lavagem de dinheiro, aos delitos relacionados com o crime organizado, por isso vou dividir com vocês um pouco do trabalho que fazemos no Departamento de Polícia Federal. A perícia contábil aplicada à esfera criminal, como o Dr. Lino já havia dito, tem uma abrangência muito grande. Na área criminal, a perícia tanto se preocupa em evidenciar valores e montantes, como também é muito importante para fazer análises vinculando autores, pessoas ou grupo de pessoas a determinados fatos que possam ser considerados delituosos. A perícia contábil aplicada à esfera criminal consiste na verificação feita por profissionais habilitados - normalmente contadores, mas também há economistas - para a constatação de fatos de natureza delituosa praticados com o auxílio das técnicas e métodos contábeis, cujos exames evidenciam as provas materiais dos fatos que se enquadram nas tipificações penais.

O resultado do trabalho do perito vai culminar com a prova, material ou não. O resultado desses exames é a prova material de que aquele delito foi praticado, no sentido de vincular - além de valores - a autoria. Os tipos mais comuns de exames realizados no Instituto Nacional de Criminalística tratam de movimentação bancária, financiamentos, operações financeiras e orçamentárias, vistorias e avaliações, mercados de capitais (o que tem de corretoras inflando o preço de ações é impressionante) e superfaturamento em obras de serviço público. Essa é a realidade que convivemos com muita frequência.

Em relação à movimentação bancária, hoje quando se fala em evasão de divisas não projetamos mais aquela figura representada pela pessoa com uma malinha na mão atravessando a fronteira para outro país. Hoje o sistema financeiro é internacional. Vivemos um mundo globalizado em que, através de um comando no teclado, pode-se disponibilizar dinheiro em um paraíso fiscal. As transações envolvendo recursos financeiros dificilmente são realizadas sem passar por instituições financeiras. E estas transações ficam registradas em documentos ou sistemas computacionais. O registro de uma transação constitui uma prova. Às vezes, não há o documento, mas o registro daquela transação já é uma prova. A análise dessas transações, corroboradas com os documentos que lhe dão consistência, constitui a prova material. Esse é o resultado do trabalho da Polícia Federal focado nessa área.

Qual é a finalidade de fazer a análise de uma documentação bancária, da movimentação de uma conta corrente? É, principalmente, determinar a movimentação financeira mensal e anual dos investigados; realizar a comparação da movimentação financeira mensal com os rendimentos dos investigados e a sua movimentação anual com a declaração do imposto de renda visando identificar incompatibilidades; identificar transações financeiras entre pessoas investigadas para que se estabeleça uma relação entre as mesmas. Fazemos uma análise na conta bancária e procuramos estabelecer estas relações. Por exemplo: um servidor tem rendimentos fixos que, comparados com os valores que transitam na sua conta, vai dar a evidência de que alguma coisa pode não estar compatível com os seus ganhos. Este seria um indicativo

muito forte para rastrear documentos e valores.

Os registros no Departamento de Polícia Federal que envolvem a demanda de análise de documentação bancária e a análise com auxílio de instrumentos contábeis são os mais freqüentes. Como casos relevantes posso citar: a fraude no Banco Nacional, os desvios de verbas da Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), os desvios das verbas do TRT de São Paulo, a evasão de divisas e lavagem de dinheiro em Foz do Iguaçu. Instalou-se em Foz do Iguaçu uma verdadeira lavanderia nacional. Ali pegam pessoas andando na rua, levam até o banco, abrem uma conta para elas, pagam R\$ 500, elas assinam vários cheques, em valores de origem ilegal que são depositados naquela conta, e estes cheques vão parar em contas CC-5.

Há pouco tempo fizemos uma reunião para tratar dos 2.500 inquéritos instalados para apurar esses "laranjas". Começamos a pensar em comum com a Procuradoria: do que adiantava instalar 2.500 inquéritos para apurar a responsabilidade de "laranjas"? Aonde chegaríamos com isso? Existe uma máxima na polícia, segundo a qual se conseguirmos chegar ao terceiro e ao segundo escalões do crime, poderemos rastrear a mercadoria. No caso da droga, por exemplo, acompanha-se todo o percurso que faz no Brasil. Mas se o objetivo é pegar os donos, os mentores intelectuais, deve-se rastrear o dinheiro. É claro que esse dinheiro espalhado em uma base enorme de "laranjas" irá voltar para um grupo de pessoas. Por isso rastreamos o dinheiro lá fora, descobrimos os paraísos fiscais. As investigações ainda não terminaram.

Em relação à quebra do sigilo bancário em seu aspecto técnico: como ocorre hoje, no Brasil, a quebra do sigilo bancário? É um processo moroso, ineficaz, não há garantia de que o resultado a que se vai chegar é verdadeiro. O processo acontece da seguinte forma: primeiro é instaurado um inquérito através de notícia crime ou portaria, em seguida o delegado reúne elementos suficientes para convencer o juiz de que é necessária a quebra do sigilo bancário daquele investigado e pede ao juiz que autorize. O juiz por sua vez, consulta o Ministério Público, que opina ao juiz de forma favorável ou contrária. Sendo favorável, o juiz determina ao Banco Central que se quebre o sigilo bancário, o Banco Central passa um e-mail para todos os bancos do sistema e estes começam a encaminhar os documentos para o delegado.

Vocês não têm idéia do que isso significa (ou até têm idéia). Mas a quantidade de papéis e de pessoas que envolve é enorme. Os bancos têm um departamento próprio para fornecer estas informações ao Banco Central, mas nós, que investigamos, não temos segurança nenhuma de que estas informações são verdadeiras. Imagine o Banco Central mandando e-mail para todas as agências do país: aquelas que quiserem respondem, as outras não. Sabemos até de casos de bancos que estão vinculados ao crime organizado, por isso pode haver uma seleção do que se deve encaminhar ou não à Polícia Federal.

Lembro-me de quando me apresentei em 1996 à chefe do meu setor, uma senhora muito simpática, na Polícia Federal. Cheguei cheio de entusiasmo, imaginava algo meio "james bondiano". A sala era pequena e tive a impressão que enquanto um olho da senhora me fitava, o outro transpassava a minha pessoa para algo localizado atrás de mim. Perguntei logo o que eu iria fazer e ela me disse que passaria o inquérito que estava na outra sala. Quando olhei para trás vi que era uma sala cheia de folhas: eram 1.800 apêndices com cerca de 1.500 folhas cada. Entendi então o porquê do olhar. Perguntei quem poderia ajudar no trabalho e ela respondeu que éramos nós dois e um computador 286. Tratava-se de um processo de relevância tão grande para o Brasil! Ali percebi como aquele órgão precisava de uma modernização nesse sentido. Atualmente já há um projeto de modernização.

Voltando à história, aquele era um inquérito que apurava a responsabilidade de um ex-governador de estado que o vinculava a um grupo do crime organizado que atuava na região que havia governado. Comecei a ordenar os papéis e em meio a tantos documentos consegui um cheque emitido pela secretária desse ex-governador com o visto dele atrás. Por meio desse único documento conseguimos estabelecer uma ligação entre o ex-governador e o crime organizado implantado naquele estado. Agora, vocês vejam: eu não tenho segurança se aquilo foi, de fato, o melhor que poderia ter feito porque me faltaram informações. Eu não tinha certeza se todos os bancos nos quais ele tinha conta haviam fornecido os dados. O Banco Central hoje está se preparando e já há uma medida para que tenha acesso ao cadastro de todos os correntistas nacionais. É fundamental que o BC tenha conhecimento de todo esse cadastro de modo que possa informar em que bancos as tais pessoas mantêm contas.

Como podem ver, estamos evoluindo. Não só a Polícia Federal, mas também todo o sistema, para um momento de maior segurança nessas investigações. Agora os documentos são encaminhados direto do banco para o delegado que, por sua vez, despacha os documentos para o seu escrivão, que vai fazer uma brochura na forma de um apêndice e devolver ao delegado que solicitou a perícia. Estamos avançando muito nesse processo porque temos sistemas implantados para fazer um banco de dados único, nacional, na DECOI (Divisão de Crimes Organizados e Inquéritos Especiais) para que possamos conhecer as vinculações existentes inclusive entre as diversas quadrilhas que operam no País.

Quanto à implantação de sistemas de combate à lavagem de dinheiro no Brasil, temos um relacionamento muito próximo com o FBI e com outras instituições internacionais. A realidade na América Latina não é muito bem formatada porque, embora convivamos com as instituições internacionais, é um conhecimento que estamos construindo, não há parceria firmada no sentido de importar um modelo: estamos trabalhando firmemente no sentido de construir esse modelo.

Particpei de um procedimento administrativo disciplinar em Roraima que culminou com a demissão da Superintendência naquele estado. Na análise que fiz, havia um depósito numa conta em Foz do Iguaçu, o que me chamou a atenção. Aquele nome ficou gravado em minha memória porque haviam matado um auditor da Receita Federal lá, cujo sobrenome era similar àquele da conta, por isso nunca esqueci do nome. Num outro momento tive a oportunidade de fazer um trabalho em Foz do Iguaçu e me deparei exatamente com aquele nome que tinha ficado gravado na minha memória. Era a conta de um "laranja", na qual foram depositados os valores. Pensei: estava em Roraima e agora estou aqui em Foz do Iguaçu e encontro nesta conta um depósito lá de Roraima. Então há alguma relação entre estas atividades e o que se faz em Foz de Iguaçu está ramificado pelo Brasil afora. Por isso é importante um banco de dados alimentado por todo o Brasil com informações para que todos que cuidam da investigação possam extrair dados e estabelecer a correlação entre quadrilhas.

O organograma que vou apresentar será mostrado amanhã para os diretores e coordenadores da Polícia Federal. A estrutura da PF está, neste momento, passando por uma alteração. Não tínhamos a instituição do controle interno, que antes era feito pela Secretaria de Controle Interno dos Ministérios e pela Secretaria Federal de Controle, por isso criamos a assessoria federal de controle. Outro segmento que vale ressaltar é o da diretoria de combate ao crime organizado. Antes tínhamos uma diretoria de polícia judiciária que englobava todas as ações de polícia, mas agora a dividimos em uma diretoria executiva e em uma de combate ao crime organizado. Temos a corregedoria geral, de inteligência policial e a diretoria técnico-científica (à qual estão vinculados o instituto de criminalística e da qual faz parte a ciência forense, como o Dr. Lino mencionou, e a parte de identificação). Temos também a diretoria de administração e logística policial e a diretoria de gestão de pessoal. Basicamente, esta é a nova estrutura da Polícia Federal. Vale destacar que existem 27 Superintendências Regionais - uma em cada estado - e três adidos policiais: nas embaixadas brasileiras no Paraguai, na Argentina e na Colômbia. Assim estamos distribuídos, com cada Superintendência mantendo um certo número de delegacias dentro de cada estado.

Vou destacar a recém estruturada diretoria de combate ao crime organizado. Ali estão as divisões: de repressão ao tráfico ilícito de armas; de repressão aos crimes contra o patrimônio; de repressão a crimes financeiros; de operações e repressão a entorpecentes e de controle de produtos químicos. Sobre esta última é interessante apontar que o produto químico é lícito, mas pode ser usado de forma ilícita na produção de drogas. Como somos um grande parque industrial na América do Sul e as áreas de produção de cocaína fazem fronteiras com o Brasil, é necessário que controlemos de forma eficaz os produtos químicos que produzimos e os que passam por nosso território para coibir que estes sigam para a Colômbia, o Peru ou a Bolívia e depois acabem voltando para cá, para seguir em direção à Europa e aos Estados Unidos. Por isso a atividade de controle do produto químico é muito relevante.

Esta, portanto, é a estrutura da diretoria de combate ao crime organizado. Reparem: arma, patrimônio, crime financeiro, entorpecentes e químicos. O tráfico de drogas movimenta muito dinheiro, é uma atividade muito lucrativa para os criminosos quando estes não são presos. Como movimenta muito dinheiro, temos que seguir o dinheiro se quisermos chegar ao dono do negócio. Não adianta ficar trocando tiros e matando olheiros de boca de fumo e policiais militares como tem acontecido no Rio de Janeiro. Isto não resolve absolutamente nada. Para resolver a situação, temos que seguir as grandes somas de dinheiro desviadas do INSS, do SUS e de obras públicas, movimentadas pelos chefes do tráfico de drogas. Quando falo de força-

tarefa não se trata do que aparece na televisão, das ações do grupo de operações táticas da Polícia Federal, que usa helicóptero e tudo mais. Na verdade, o trabalho que a Polícia Federal está fazendo usa agentes de terno (como eu), em salas com ar-condicionado, porque aqueles que estamos procurando não estão na boca de fumo, mas em diversos lugares, menos ali.

Continuando a explicação sobre a estrutura, é importante destacar que a Diretoria Executiva está envolvida com a coordenação geral de defesa institucional, antigamente chamada Coordenação Geral de Ordem Política e Social e também conhecida pela sigla DOPS. Isso não quer dizer que uma era melhor que a outra: são a mesma coisa, apenas com nomes diferentes. Esta coordenação continua a exercer a mesma função - cuida de índios, de problema dos sem-terra, de invasão de garimpo, do tráfico de mulheres, de prostituição infantil. Não é aquele DOPS que perseguia comunistas, esse tempo já passou e a sociedade sabe disso e respeita. Hoje faz parte de um tipo de policiamento bastante próximo do cidadão.

Já a coordenação geral de polícia fazendária trabalha com crimes de contrabando, exportação clandestina, rádio pirata. Quem invade, por exemplo, uma faixa de onda de rádio para emitir em uma frequência que a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) identifica como sendo concessão de alguém, pratica crime federal. Para reprimir essa invasão, a Anatel age junto com a Polícia Federal. Temos também a polícia internacional, a coordenação geral de polícia de imigração, que controla a entrada e a saída de pessoas no Brasil, emite passaportes, verifica a entrada de navios e a idoneidade de seus tripulantes. A divisão de controle e segurança privada cuida das empresas de segurança privada e de transporte de valores que têm registro na Polícia Federal. Todos os vigilantes têm registro na Polícia Federal, são mais de mil. Mas existem cerca de outros mil que fazem o trabalho de segurança privada sem qualquer controle.

Esses dados são para se ter uma idéia de como poderemos trabalhar um relacionamento futuro. Em breve vamos tentar um encontro entre a Controladoria e a Superintendência da Polícia Federal no Rio para aumentar a integração entre os dois órgãos. Nas Superintendências do Rio e de São Paulo esta é a estrutura que funciona. Existe uma Delegacia Regional Executiva, que espelha a diretoria executiva de Brasília, e uma Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado, que também espelha a diretoria correspondente em Brasília. Se houver, futuramente, uma maior integração com a Controladoria através da Delegacia de Combate ao Crime Organizado ou da Regional Executiva, a atividade de integração entre o trabalho de Controladoria e de Polícia não se dará no campo da perseguição penal, mas na troca de experiências e na integração de bancos de dados. Defendemos essa integração porque a troca de experiências é importante na medida em que queremos ser uma Polícia Federal com resultados, com maior agilidade em processos de gestão, de ensino à distância, que são alguns dos elementos com os quais a Polícia Federal trabalha e pode compartilhar com órgãos afins de governos.

Nossa distribuição geográfica mostra que estamos muito presentes nas regiões Sul e Sudeste, mas há uma explicação para isso, ainda que atualmente estejam sendo criadas mais unidades na fronteira da Amazônia ocidental. No Acre, recentemente abrimos uma unidade porque filhos de índios entre 9 e 10 anos estavam sendo seqüestrados pelas Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) e levados para aquele país. Todas as fronteiras têm problemas. Também fizemos duas operações dentro do Paraguai e apreendemos 1.000 toneladas de maconha. Para se ter uma idéia do que isso significa, no ano passado inteiro apreendemos 140 toneladas. Operamos dentro do Paraguai, com tropas e helicópteros, evidentemente com a autorização do governo paraguaio, que não tem recursos. Hoje em dia, a maior quantidade de maconha que circula no Brasil vem do Paraguai. Quase acabamos com a maconha no Nordeste porque aumentamos a frota de helicópteros, o efetivo e melhoramos os sistemas de informação.

Sobre as competências da Polícia Federal, vale dizer que é a polícia judiciária da União, responsável por infrações contra a ordem política e social, serviços e interesses federais, cuja repercussão exija repressão uniforme. Um interesse da União, por exemplo, é a reforma agrária. O Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) vai comprar uma fazenda que custa R\$ 100 mil, mas desembolsa R\$ 1,5 milhão. Essa "pequena" quantia adicional de R\$ 1,4 milhão é rateada entre meia dúzia, vira um caso de polícia e cai na área de contabilidade da Polícia Federal, que faz uma avaliação da terra para ver se valia mesmo a quantia efetivamente paga. Outro exemplo: um projeto para a Sudam, um ranário que custa R\$ 50 mil, mas é apresentado como custando R\$ 5 milhões. Esses são assuntos de interesse da União. No hospital da UFRJ, há três ou quatro diretores ameaçados de morte porque disseram que iriam dar um jeito na administração: isso também é de interesse da União e se transforma em caso federal. Desvio de

dinheiro do SUS também é caso da Polícia Federal, como roubo de carga também.

O trabalho escravo é outro tipo de caso que envolve a Polícia Federal. Em 2002 libertamos mais de 2.000 escravos, que hoje são pessoas que trabalham em fazendas - dentro do Estado do Pará tem muito trabalho escravo, como também aqui em Macaé - e não conseguem sair porque ganham R\$ 100,00 por mês e têm de comprar tudo dentro da fazenda. Todo mês a conta fecha em R\$ 200,00 ou R\$ 300,00 negativos e o escravo não pode sair dali sem liquidar a dívida: se sair o matam. Em vários casos achamos cemitérios clandestinos em fazendas. Para isso, trabalhamos em parceria com o Ministério do Trabalho, Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e Funai. Fazemos também segurança de pessoas ameaçadas: a segurança de uma única pessoa demanda uma grande quantidade de agentes federais. Quando, por exemplo, um diretor de hospital é ameaçado, um agente não é suficiente para fazer a sua segurança: precisamos de dois ou mais quando temos que colocar agentes durante 24 horas. Nesse esquema de trabalho, cada agente tem direito a três dias de descanso. Assim, para proteger uma única pessoa durante uma semana são necessários oito agentes.

A Polícia Federal concebeu alguns projetos para aumentar sua eficácia e eficiência. O maior deles é o Projeto Pró-Amazônia (Promotec) no valor total de US\$ 425,290 milhões. O objetivo desse projeto é ampliar e efetivar a presença do DPF em todo o território nacional, elevar o nível de capacitação técnica, reciclar as pessoas, implantar meios adequados de transporte, modernizar o controle de segurança de fronteiras e de sistemas de informação.

No subsistema de telecomunicações está sendo estruturada uma rede de comunicação da Polícia Federal com rádio UHF, VHF, trunking (sistema de rádio que funciona como um tipo de celular mais avançado, que transmite por ondas ou por antena, dependendo da distância). Esse é um investimento em torno de US\$ 80 milhões, com o qual pretendemos criar uma estrutura de comunicação que possa ser compartilhada com as polícias estaduais, permitindo que as todas as forças de segurança pública possam falar umas com as outras. Hoje a Polícia Militar não fala com a Polícia Civil, o rádio da Polícia Federal não fala com o da Polícia Civil, que também não fala com a Polícia Federal, que não fala com ninguém. Ou seja: ninguém se fala. Digamos que aconteça uma situação de calamidade pública em que seja necessária uma integração entre as diversas forças de segurança pública: não irá funcionar porque ninguém consegue falar com ninguém.

Através da rede de comunicação que está sendo criada poderão ser armazenados e transmitidos dados que integrem um sistema mais amplo de informação. A parte de informática visa aumentar a quantidade de equipamentos e de sistemas de informação, porque a base que usamos hoje foi desenvolvida na década de 1980. A proposta é trazer a Polícia Federal para o século XXI e para isso já foram investidos mais de US\$ 30 milhões.

Como parte do sistema de infra-estrutura estão sendo construídas algumas unidades, como o Instituto Nacional de Criminalística, que está sendo ampliado e terá laboratórios de DNA, de física e de balística moderna para dar suporte a todas as investigações e servir como um centro de referência para os institutos de criminalística estaduais. Em cada estado está sendo criada uma estrutura de criminalística muito forte.

Como é sabido por toda a sociedade brasileira, o efetivo da Polícia Federal é muito pequeno. No governo Fernando Henrique Cardoso, foi autorizada uma ampliação do efetivo em 2.000 mil pessoas. No início do governo Lula foi autorizado novo aumento do efetivo - de 3.100 policiais e 1.500 administrativos - totalizando cerca de 5.000 mil novos profissionais. É uma demonstração de que o governo está preocupado em melhorar as condições de policiamento federal para a população, mas também é fruto do trabalho que fizemos, de convencer as autoridades do Ministério do Planejamento de que é preciso aumentar o efetivo da Polícia Federal. Ao longo desses anos ficou estabelecido que para entrar na Polícia Federal, todos devem ter nível superior, com acesso por concurso público. O projeto de contratação de pessoal está sendo desenvolvido há algum tempo, vivemos agora um momento de realização desses planos.

O subsistema de criminalística é um ponto altamente relevante, um dos grandes temas do atual governo, de investir nessa área. A Secretaria Nacional de Segurança Pública tem alguns pontos básicos no combate à criminalidade e um deles é a criminalística. Outra iniciativa importante é a do subsistema de identificação, um sistema automatizado de impressão digital que consiste em um trabalho com impressões digitais informatizadas. Pode ser usado, por exemplo, em fraudes documentais, porque quando se pega em um

documento ali fica registrada a impressão digital. Eventualmente, com a impressão digital existente no documento, entra-se no sistema e descobre-se quem manuseou aquele pedaço de papel.

É grande o potencial de desdobramento do sistema de identificação digital na área de bancos, seguridade social, sistema de saúde. Qual é o sonho do governo brasileiro? É ter o registro civil único, em que todos teríamos apenas um número associado à nossa impressão digital: ninguém precisaria preencher fichas com CPF, identidade, título de eleitor, data de nascimento, etc. Esta é uma tecnologia muito cara, mas a Polícia Federal está desenvolvendo um sistema próprio, no qual pretende arquivar as impressões digitais de todos os criminosos federais, policiais federais, estrangeiros e seguranças privados. A partir daí teremos uma base. Por que estas pessoas foram escolhidas? O policial tem um potencial criminoso porque tem uma arma na mão e pode fazer qualquer coisa, está naquela linha divisória entre o bem e o mal. O segurança é outro que a qualquer momento pode cometer um crime. Os estrangeiros também, porque podem se envolver com evasão de divisas ou lavar dinheiro de máfia estrangeira.

Sobre a possibilidade de implantação desse sistema, já tivemos uma conversa inicial com a Caixa Econômica Federal, que é detentora do maior banco de dados pessoais e é a instituição que mais sabe da vida de todos no Brasil porque administra o banco de dados do FGTS, PIS/PASEP, todos os programas de benefícios do governo federal: são mais de 60 milhões de pessoas cadastradas no banco de dados da Caixa Econômica. O que acontece, nesse caso, é que algumas vezes aparece a repetição de nomes de pessoas, que podem até ser homônimos. A Caixa quer que a Polícia Federal valide este banco de dados através da impressão digital.

Também concebemos outro projeto, em cooperação com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, com o objetivo de modernizar a estrutura organizacional do DPF e modernizar o planejamento do Departamento. Pela primeira vez na Polícia Federal foi realizado o que chamamos de planejamento estratégico: consultamos a sociedade, processamos os resultados estatisticamente e construímos o planejamento. Foi muito importante termos feito isso: apesar de vários diretores terem sido substituídos recentemente, nenhum deles trocou o responsável pelo planejamento do Departamento. Esta é importância de seguir um único rumo.

Outro passo importante foi a modernização da Academia Nacional de Polícia, projeto de US\$ 5.875 milhões. Concebemos esse projeto de uma maneira abrangente porque não adianta comprar apenas viaturas ou armas. Demos bastante enfoque para a Academia de Polícia porque sabíamos que iria aumentar o número efetivo para trabalhar nesse setor. De três anos para cá, temos formado na Academia uma média anual de 1.000 policiais federais; este ano vamos formar 1.200. O investimento na Academia foi forte tanto em termos de equipamentos, como em relação a currículo, metodologia de ensino e outras coisas.

Tentei mostrar o que temos feito na Polícia Federal e como este investimento pode ser utilizado por outros setores além da própria PF. Muito temos para trocar com as polícias estaduais e com órgãos da administração pública que trabalham com o mesmo objetivo: proporcionar uma condição de vida melhor para nós mesmos. Temos que prestar serviços melhores, ter mecanismos de controle melhores, de modo que alguém - quando for fazer alguma coisa errada - pense que pode sair perdendo e, eventualmente, não faça o que havia pensado. Precisamos tirar da polícia o estigma de que trabalha contra a sociedade porque historicamente, no Brasil, a polícia era do Estado e a Polícia Militar do governador. Isto é, não existia para fazer a segurança do cidadão e sim reprimir quem se opusesse ao regime. Da mesma forma que se globalizou a economia, globalizou-se o crime. Temos que transformar essa polícia do Estado em uma polícia para o cidadão, para que a pessoa tenha confiança de procurar a Polícia Federal com a certeza de que terá o seu caso solucionado. Se nós, como cidadãos, não tivermos isso em mente, essa realidade nunca vai chegar.

Sempre que tenho oportunidade de falar com os meus colegas, digo para focarem a investigação em quem está com o dinheiro, porque se prendermos aquela meia dúzia que gerencia o dinheiro, o guarda da esquina que reputamos como corrupto vai olhar para cima, ver que o fulano foi preso e vai se perguntar: se fulano está na cadeia, imagine eu então? Assim começamos a mudar a relação do crime com a sociedade. Na medida em que não aceitarmos o crime, vamos dar uma virada. Se continuarmos pacatos e aceitarmos a situação como está, cada vez mais haverá menos emprego e mais violência. Muito obrigado a todos, desculpem se falei demais. Mas, como diz o Darley, se deixarem eu falo muito, mas saibam que falo



de coração, porque participei do processo de construção do novo Departamento de Polícia Federal.

## [Expediente](#)

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

**Prefeito:** Cesar Maia

**Vice-Prefeito:** Marco Antonio Vales

Controladoria Geral do Município

**Controlador Geral:** Lino Martins da Silva

**Sub-controlador:** Vinícius Viana

Assessoria de Comunicação

**Assessora:** Sonia Virgínia Moreira

Cadernos da Controladoria

**Organização de Eventos:** Graça Louzada

**Administração de Eventos:** Vanda Pastro

**Edição de Texto:** Sonia Virginia Moreira

**Capa:** Georgeana Dummar

**Editoração:** Inez Torres

**Transcrição de Áudio:** Aline Thomaz

**Apoio Técnico:** Renato Stavale

**Versão Online:** Edgard Bernardino